



## **EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO BRASIL**

Ellie José Pereira <sup>1</sup>  
José Vitor Santos Gama <sup>2</sup>  
Raiane Costa Santana <sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O processo educacional da comunidade surda no Brasil, datou do ano de 1857, durante o segundo império, sendo administrado pelo D. Pedro II, o qual recardou recursos para poder inaugurar o Imperial Instituto para Surdos-Mudos, localizado no Rio de Janeiro, sendo a primeira escola destinada as pessoas surdas, atualmente chamada de INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Apesar dessa conquista significativa, a libras foi oficializada como língua oficial no ano de 2002 e elaborado em 2005 o Decreto nº 5.626. onde instituiu diretrizes para a utilização, bem como a disseminação desta. De acordo com a abordagem apresentada, a lei da oficialização da Libras afirma que:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002).

Ainda em uma perspectiva histórica, Cruz e Araújo (2016) aponta que as pessoas com deficiência auditiva passaram por diversos desafios relacionado aos seus direitos e de inclusão social, ocorrendo, inclusive, com o órgão que vos representa no Brasil, isto é, a Federação Nacional de Educação e Interação dos Surdos (FENEIS). Antigamente, na tentativa de defender os direitos de inclusão dos surdos nas esferas sociais, estes ocasionaram a exclusão dos surdos na própria federação, e após muitos entraves, a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos conquistou a presidência do FENEIS. Sendo, atualmente, a maior representante da

<sup>1</sup> Graduando do Curso de **Licenciatura em Ciências Biológicas** da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, [elliepereira12@gmail.com](mailto:elliepereira12@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de **Licenciatura em Ciências Biológicas** da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, [vitoorsantoos99@gmail.com](mailto:vitoorsantoos99@gmail.com) ;

<sup>3</sup> Mestranda do Curso de **Ecologia** da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, [raiane-santana@hotmail.com.br](mailto:raiane-santana@hotmail.com.br) .



comunidade surda, responsável pela cultura, saúde, educação, assistência social, propagação das libras e demais políticas de inclusão da população surda.

É nesse contexto que Dias (2018) considera o âmbito escolar “como instrumento fundamental na preparação dos alunos com deficiências, em especial os surdos, dando-lhes atribuições para aprender um código de comunicação, ou seja, a libras, facilitando a inclusão e integração social”. No entanto, é necessário que a escola reveja sua gestão educacional, apresentando um currículo e práticas pedagógicas mais inclusivas, no intuito de reformular o ensino, construir uma sociedade fraterna e garantir que todos os alunos, sem distinção, o direito de ser inserido em um ambiente de ensino.

Com base nessas indagações é que o estudo se justifica, acreditando que a pesquisa auxiliará no reconhecimento do contexto que envolve a inclusão dos alunos com deficiência auditiva. Mediante essa realidade, sob a ótica de Muttão e Lodi (2018), não obstante das leis garantir recursos e condições necessárias para incluir alunos com deficiência auditiva, é de suma importância que as escolas, colégios exerça sua função referente a implementação, instalação de políticas públicas voltadas a promoção do acesso e permanência da comunidade surda no espaço escolar. Sendo assim, o presente estudo tem como intuito avaliar e compreender as políticas públicas, bem como as práticas pedagógicas no tocante a formação educacional da comunidade surda no Brasil.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para a fundamentação do estudo utilizou-se da pesquisa de revisão bibliográfica teórico-conceitual, com base qualitativa. Foram executadas buscas de 25 de junho a 28 setembro de 2020, tendo como estrutura de indexação as bases do Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e o Google Acadêmico. Adotaram-se como descritores de busca as expressões: políticas de inclusão, atendimento pedagógico, surdos e educação especial. Como critério de inclusão da publicação no contexto da pesquisa, a amostra foi limitada a artigos científicos com publicações realizadas no período de 2015 a 2020, que estivesse nos idiomas inglês e/ou português, possuindo textos completos e correspondesse a problemática da pesquisa.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisarmos o processo de ensino-aprendizagem do estudo surdo, vê-se que os métodos utilizados na modalidade oral-auditiva são totalmente distintos, não se aplicando as pessoas com surdez. Evidenciando, assim, o principal mecanismo pelo qual a maioria dos surdos se comunicam, ou seja, a língua brasileira de sinais, sendo essa uma língua visual-espacial articulada por meio das mãos, utilizando das expressões faciais e dos movimentos corporais para construir uma mensagem e assim repassa-la (MENDES, FIGUEREDO E RIBEIRO, 2015).

De acordo com (PRADO e COSTA; OLIVEIRA, SILVA e GOMES, 2017) as abordagens do ensino do sujeito surdo permeiam uma língua que é proveniente de outra modalidade de comunicação, sendo esta a visual-espacial, ou melhor a LIBRAS. Diante disso, surge o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 destacando a importância da Educação, em sua totalidade, considerar e aplicar a Libras como primeira língua nos processos educacionais de alunos com surdez, de modo que Língua Portuguesa seja ensinada como segunda língua para os alunos surdos nos diferentes níveis de ensino.

Atualmente, é notório que ocorreu demasiadas mudanças na comunidade surda em relação ao seu sistema educacional, destacando-se: o reconhecimento e propagação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ; a presença de intérpretes no ambiente de escolas regulares e durante a formação no ensino superior, ou seja, nas faculdades e universidades; instalações de salas multifuncionais; e claro, uma consideração e valorização pelo bilinguismo.

Consoante Silva e Sena (2015) e Dorzian (2015) apesar dos méritos da comunidade surda no ambiente escolar, ainda há entraves na solidificação de práticas pedagógicas que visem a inclusão e integração dos alunos surdos. Deve-se destacar, por exemplo, a capacitação dos docentes, uma vez que o professor que acolhe o aluno surdo na sala de aula sente-se desafiado. Isso ocorre, porque, às vezes, o profissional não domina os mecanismos, conhecimentos necessários para o aprendizado do aluno com deficiência auditiva, dificultando seu processo de aprendizagem (GALASSO *et al*, 2018).

Ainda nesse viés, mais um ponto a ser considerado, pois há profissionais em sala de aula que se sentem apreensivos diante da presença do intérprete naquele ambiente, evidenciando, assim, as dificuldades que os estudantes surdos têm em seu processo educacional. Ademais, estes estudantes relatam ser complexo a absorção de conhecimentos



por meio das atividades de leitura e escrita. Tal realidade corrobora com os achados de Machado e Henicka (2015), no qual afirma que o exercício das práticas pedagógicas está direcionado, de forma significativa, ao aprendizado na modalidade oratória e da escrita da língua portuguesa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram pesquisados todos os artigos publicados de 2015 a 2020, totalizando 2263 publicações encontradas conforme os critérios de seleção definidos. Sendo que apenas 12 corresponderam os critérios de inclusão na amostra final desta revisão, contendo as palavras/expressões: políticas de inclusão e educação de surdos. Apesar das quantidades de artigos selecionados, questões sobre a educação especial/inclusiva estão em um momento amplamente de discussão e tomada de ação em âmbito da educação e sociedade brasileira, tendo como foco as práticas pedagógicas, garantindo a formação de professores, ensino de libras e salas especiais, possível através de políticas inclusivas eficientes.

A Educação Inclusiva visa oportunizar a “todos” independente de sua deficiência, necessidade especial, origem cultural ou econômica o direito de serem inseridos em uma sala de aula (CRUZ e ARAÚJO, 2016). No entanto, fatores como falta de materiais, apoio governamental e estrutura para auxiliá-los no ensino inclusivo para os surdos, torna a educação especial como algo difícil para os professores. Desse modo, os artigos também evidenciam as dificuldades enfrentadas para efetivação das políticas inclusivas na educação, afetando diretamente a inserção dos alunos surdos no ensino regular, devido ao despreparo dos professores, falta de investimento em capacitações e materiais para escola (GALASSO *et al*, 2018).

Os artigos estudados evidenciam as políticas públicas regentes no Brasil, pontuando importantes objetivos da sua implantação na rede de ensino regular e em outros segmentos da sociedade. Segundo Silva e Sena (2015) e Prado e Costa (2017) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96 e a oficialização da Libras, com a publicação da Lei nº 10.436 de 2002, reconheceu como própria e natural da comunidade surda, significando um enorme avanço no se referindo à afirmação da educação inclusiva, regulamentando as diretrizes da Constituição Federal quanto ao atendimento das unidades de ensino para escolha de estratégias e metodologias adequadas à realidade dos portadores de necessidades educacionais especiais.



Da mesma forma, as práticas pedagógicas ganham sua importância devido a sua eficácia com métodos inclusivos nas escolas. Dias (2018) e Dorzian (2015) pontuam a necessidade de adoção sobre especificações do ensino especial na formação dos professores, tendo como intuito a capacitação mais adequada para que a inclusão dos surdos seja realizada de forma prazerosa para ambos envolvidos. Para tanto, práticas como ensino de libras, interpretes em sala de aula e salas multifuncionais são fundamentais para que a inclusão dos surdos no ensino regular possa ocorrer nas escolas brasileiras. Portanto, a formação dos professores e práticas pedagógicas devem ser trabalhadas como instrumentos de políticas públicas inclusivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando através dessa pesquisa bibliográfica, de forma sucinta e reflexiva questionamentos sobre a eficácia das políticas públicas de inclusão regentes no Brasil, tendo como foco a inclusão do aluno surdo no ensino regular e compreender as lacunas dos estudos da área. Esta pesquisa verificou que, apesar das leis que regulamentam a educação inclusiva e suas práticas pedagógicas, a inclusão ainda não ocorre de maneira eficaz com práticas que ainda perpassam por decisões incoerentes com a proposta na política pública.

Focando na visão dos envolvidos no processo de inclusão, a precariedade do despreparo dos professores para lidar com as necessidades especiais dos surdos, afeta diretamente no processo de inclusão. Sendo assim, percebe-se que mesmo com leis regulamentadas para inclusão dos alunos surdos no ensino regular, existem pautas a serem discutidas como a formação e capacitação dos professores, estruturação das salas multifuncionais e ensino de libras no colegial, bem como estratégias bem-sucedidas que sirvam como intervenções ainda em delineamento no contexto nacional.

**Palavras-chave:** Salas multifuncionais; Ensino de libras, Inclusão, Ensino, Educação especializada.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília-DF: 2002.
- CRUZ, S. R.; ARAUJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades? **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 373-384, 2016.
- DA SILVA, M. R. P.; DE SENA, T. J. M. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista**, v. 37, p. 120-139, 2015.
- DE OLIVEIRA, C. V.; SILVA, F. B.; GOMES, V. L. A avaliação do aluno surdo no ensino regular. **Educação e Fronteiras**, v. 7, n. 19, p. 71-80, 2017.
- DIAS, N. Formação docente e a educação inclusiva: uma reflexão sobre o ensino com estudante surdo e a prática docente. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 6, n. 12, p. 93-102, 2018.
- DORZIAT, A. Educação de surdos em tempos de inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 351-364, 2015.
- GALASSO, B. J. B. *et al.* Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 59-72, 2018.
- MENDES, A. Q. S.; FIGUEREDO, F.; RIBEIRO, A. C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: Aspectos linguísticos e pedagógicos. **Revista da iniciação científica- RIC Cairu**, v. 2, n. 02, p. 33-46, 2015.
- MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. SPE, p. 49-56, 2018.
- PRADO, R.; COSTA, V. A. Políticas de Inclusão e Práticas Pedagógicas na Educação de Alunos Surdos: Desafios do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 282-312, 2017